



**GÊNERO E TRABALHO: EXPERIÊNCIAS DAS QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU DO POVOADO ALDEIA EM BACABAL, MA**

Vanessa Cristina Silva Neco
Graduada em Ciências Humanas/Sociologia
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: vanessaneco40@gmail.com

RESUMO: A região do Médio Mearim, no Maranhão, foi marcada pela intensidade dos conflitos políticos e fundiários. A década de 1980 é emblemática desse período em virtude da privatização das terras públicas e dos babaçuais no Estado e conseqüente desestruturação socioeconômica de muitas famílias. No povoado Aldeia do Odino, situado no município de Bacabal, famílias que viviam do trabalho agrícola e do extrativismo do babaçu foram impedidas de acessarem livremente as áreas de babaçuais, de colocarem suas roças e empurradas a deslocamento compulsório por fazendeiros que buscavam se apropriar ilegalmente das suas terras. Desse modo, foram privadas do acesso às condições necessárias à sobrevivência e submetidas a diversas outras formas de violências, como destruição de suas casas, torturas e assassinatos. O apoio da Igreja Católica foi importante para o enfrentamento dessa situação e para assegurar dignidade às famílias, ainda que mínima. A gravidade desses acontecimentos se encontra gravada nas memórias não somente dos moradores mais velhos que os vivenciaram, mas também se reverberam nas memórias de seus filhos e netos cujas vidas foram atingidas pelas adversidades geradas. No presente trabalho buscamos compreender as marcas desses conflitos para as trajetórias pessoais e familiares de moradores locais, especificamente de quebradeiras de coco babaçu, e as conseqüências para suas rendas até os dias atuais. O intuito é compreender o conflito a partir do olhar e da vivência dessas trabalhadoras e seus movimentos de resistência. Os resultados mostram que a Aldeia é um povoado esquecido, onde a organização política não é realidade comum às quebradeiras de coco, e muitas se encontram longe de espaços de garantia de direitos. O trabalho está estruturado a partir de entrevista semiestruturada com aplicação de questionário, observação participante e pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras-chave: Conflitos agrários. Quebradeiras de coco babaçu. Extrativismo.

1. INTRODUÇÃO

O Médio Mearim foi formado a partir do encontro entre indígenas, negros e nordestinos e expressa dimensões variadas de consolidação da posse camponesa (PORRO; PORRO, 2020). No povoado Aldeia do Odino, por exemplo, situado no município de Bacabal, as narrativas de moradores mais antigos afirmam que ele era uma terra indígena, posteriormente ocupada por camponeses dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí.

Na década de 1980, as fortes tensões que se espalhavam pelo campo maranhense devido às políticas de privatização que objetivavam o desenvolvimento do interior do estado, também atingiram a Aldeia. Desse modo, famílias camponesas que haviam se estabelecido na



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



localidade em busca de melhores condições de vida foram perseguidas por pretensos proprietários de terras que mobilizaram aparatos estatais para coagi-las e expulsá-las (ARAGÃO, 1997). Além disso, os babaçuais, antes usados em um regime de propriedade comum, tornaram-se objeto de disputa entre as famílias de agricultores e fazendeiros que chegaram atraídos pelos estímulos oferecidos pelo governo (NASCIMENTO; PORRO, 2020).

O conflito no povoado da Aldeia foi marcado pela brutalidade de forças estatais. Meses antes da sua invasão por policiais fortemente armados, já ocorriam ameaças veladas, principalmente ao líder comunitário Manuel Quintino, assassinado em 22 de janeiro de 1988. No mês seguinte, o povoado foi invadido, a mando dos fazendeiros, que atiraram nos moradores, destruíram e incendiaram suas casas.

Homens e mulheres se organizaram para continuar na luta pela terra, apoiados pela Igreja Católica, e conquistaram a posse da terra. Todavia, as marcas desse conflito ainda estão presentes nos corpos e memória de moradores e familiares daqueles que foram assassinados e que afirmam ainda não terem obtido justiça.

A vida das famílias locais foi fortemente afetada devido a desestruturação dos seus modos de vida e das suas atividades econômicas, principalmente da quebra do coco babaçu, uma vez que o povoado foi sendo rodeado por novas fazendas de gado que tornaram os babaçuais mais distantes, trazendo outras configurações à vida local, sobretudo às quebradeiras de coco principais responsáveis pelo extrativismo do babaçu.

As quebradeiras de coco da Aldeia ainda mantêm o modo de extração artesanal da amêndoa do babaçu, frequentemente classificado como atrasado em comparação ao modelo de produção industrial e para os moldes capitalistas que buscam incessantemente meios para mecanizar a extração.

Diante desse contexto, no trabalho resgatamos o histórico de lutas do povoado Aldeia a partir dos relatos das quebradeiras, buscando compreender as marcas do conflito nas suas trajetórias pessoais e familiares, e as nas suas rendas nos dias atuais. O intuito é compreender o conflito a partir do olhar e da vivência dessas trabalhadoras e seus movimentos de resistência.

O trabalho se estrutura a partir de pesquisa bibliográfica e documental, através das quais buscou-se coletar informações que pudessem contribuir com o tema analisado. Em virtude disso, foi possível o levantamento de documentos no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Bacabal (STTR), na associação de moradores e na Unidade Básica



de Saúde (UBS) do povoado. Além disso, foi realizada observação participante e questionário semiestruturado como métodos de recolhimento de dados.

2. A PRIVATIZAÇÃO DOS BABAÇUAIS E SUAS CONSEQUÊNCIAS AO TRABALHO FEMININO

Estudos realizados por Barbosa (2013) e Porro (2019) demonstram a importância socioeconômica do babaçu para as famílias da região do Mearim, por proporcionar constante oportunidade de renda monetária, sobretudo através da venda de amêndoas. Conforme Porro et al (2010, p. 114), “para as famílias que não lograram o direito à terra, na prática, o babaçu passa a ser a atividade principal em termos econômicos e se afirma como símbolo de manutenção e apoio na dificuldade”.

Liderada principalmente por mulheres, a quebra do coco tem um peso importante nos sistemas de produção familiar de alimentos em comunidades que dependem dessa atividade e, conforme as particularidades de cada uma delas, se articula a várias outras atividades, como a pesca e a agricultura (ANDRADE, 2005). Na Aldeia do Odino, o babaçu tem figurado como alternativa, atenuando restrições econômicas derivadas do acesso à terra e a outras fontes de renda para um contingente de famílias (PORRO, 2020).

Contudo, ao longo dos anos as quebradeiras de coco têm sofrido várias violações e ameaças no processo de produção e extração do coco babaçu decorrentes, principalmente, das políticas oficiais de modernização que privatizaram as terras públicas do Estado, alterando os direitos de propriedade no Médio Mearim (MAY, 1990). Com o domínio dos proprietários sobre os babaçuais inseridos nas terras por eles apropriadas, os camponeses aproveitavam o fruto somente se tivessem o acesso permitido (NASCIMENTO, PORRO, 2020).

Desde a década de 1970, ocorre o processo de cercamento e apropriação dos babaçuais por pecuaristas e empresas, beneficiados pelas políticas públicas federais e estaduais (ARAÚJO, 2013, p 142). As terras, antes de uso comum das comunidades, passaram a ser cercadas e desmatadas para a pecuária. Com isso, ocorreu a perda e escassez do babaçu pela falta de acesso aos babaçuais, o que as comunidades chamam de “coco preso” (MONTENEGRO; RODRIGUES, 2020; FIGUEIREDO, 2005).

Os fazendeiros obrigavam as mulheres a venderem a amêndoa para eles e comprar produtos alimentícios nos seus comércios. Desse modo, eles cobravam o preço que desejavam, mesmo que fosse abusivo. Essa estrutura de privatização das terras e exploração



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



do trabalho das mulheres quebradeiras de coco gerou uma situação de empobrecimento delas (MONTENEGRO; RODRIGUES, 2020).

Dentre as diversas formas de exploração praticadas pelos latifundiários encontram-se as cercas de arame que impedem o acesso das quebradeiras aos babaçuais; a quebra de meia, na qual o “dono da terra” fica com metade do coco quebrado; o sistema de barracões, no qual as mulheres são obrigadas quebrar o coco dentro das próprias fazendas (ANDRADE, 2005).

O Estado foi uma peça fundamental a favor dos latifundiários. Uma guerra que era desfavorável, desproporcional e injusta para as comunidades de trabalhadores rurais, haja vista o poder de fogo e de influência dos fazendeiros e o apoio de políticos igualmente influentes, dos quais muitos também eram fazendeiros. Um dos maiores marcos do apoio estatal aos latifundiários foi a Lei 2.979/69, pois “[...] incorporar as terras livres do Maranhão ao modelo de propriedade da sociedade capitalista tornou-se uma tarefa urgente e prioritária a ser executada pelo governo, a partir da década de 1960” (ASSELIN, 1982, p. 23).

Com a referida lei, também denominada Lei Sarney de Terras, a situação tornou-se mais perigosa para as quebradeiras e para as comunidades envolvidas nos confrontos por terras na região do Médio Mearim, pois por meio dela buscou-se legitimar atos de violência contra comunidades tradicionais e quebradeiras que ocupavam, catavam e quebravam coco em terras tidas como “propriedade privada”. Com a guerra acirrada e intensificação da violência no embate houve a necessidade de engajamento não somente das quebradeiras, mas de todos os demais trabalhadores rurais, inclusive crianças.

Assim, houve a necessidade de uma divisão social do trabalho, na qual homens, mulheres, crianças e jovens assumiram diferentes tarefas em estratégias características de guerra contra os latifundiários e seus apoiadores tanto no ofício da quebra de coco, para não serem pegos pelos capangas, quanto na resistência violenta-armada (ANDRADE, 2005). Além da divisão social do trabalho, houve a organização coletiva por meio de associações e apoio de algumas instituições.

Com a participação desses grupos e instituições houve um recrudescimento da luta das quebradeiras em defesa do babaçu e manutenção de suas atividades. Também pela participação política-organizativa, quebradeiras de coco de algumas comunidades foram formadas politicamente, se reconheceram dentro de um grupo de classe e perceberam novas formas de combater os abusos dos latifundiários, ou seja, por meio da organização coletiva e atuação política e, por conseguinte, de cobrança por políticas públicas e jurídicas que combatessem as explorações dos latifundiários. Assim, nasceu nos espaços públicos, por parte



das mulheres quebradeiras de coco babaçu, a reivindicação pelo livre acesso aos babaçuais: a lei do babaçu livre.

A cidade de Lago do Junco foi o primeiro município do Maranhão a implementar essa lei, em 1997. Desde então, outras cidades do Estado também criaram leis municipais de livre acesso aos babaçuais, algumas das quais são: Lago dos Rodrigues, Esperantinópolis, São Luís Gonzaga, Imperatriz, Lima Campos, São José dos Basílios, Cidelândia, Pedreiras (CORDEIRO, 2008; SHIRAISHI, 2005). Ao contrário desses municípios, em Bacabal não foi criada nenhuma lei nesse sentido. Por esse motivo, no povoado Aldeia do Odino a situação é ainda mais complicada, pois as quebradeiras não possuem mecanismos jurídicos próprios que lhes protejam das explorações dos fazendeiros e comerciantes.

3. ATRAVESSADORES COMO ANTAGONISTAS E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES SOCIAIS DA QUEBRA DO COCO NO POVOADO ALDEIA

A quebra do coco não é atividade fácil, pois para coleta do fruto é necessário percorrer longas distâncias e passar pelo perigo de encontrar animais peçonhentos no meio do caminho, além de ser comum acidentes de trabalho e doenças decorrentes de postura inadequada e movimentos repetitivos (PORRO et al, 2020; BARBOSA, 2013).

Combinado a isso, existem os fazendeiros que, por mais que as quebradeiras consigam livre acesso aos babaçuais, ainda derrubam muitas palmeiras e árvores de onde elas tiram a matéria-prima para fabricar os cacetes (madeira que é modelada e usada para a quebra do coco), além de colocarem veneno nas pindovas (palmeiras novas). Somado a isso, há as dificuldades impostas pela desvalorização do extrativismo pelo governo que contribui para a exploração do trabalho feminino por atravessadores.

Muitas vezes, “[...] a venda das amêndoas e a compra de outros bens eram feitas por atravessadores ou fazendeiros, estes estabeleciam os preços de compra, geralmente injustos, as quebradeiras tinham que quebrar dez quilos de amêndoas para comprar um quilo de açúcar” (SCHWARTZ, 2017, p. 54).

Responsáveis por comprar o coco babaçu das quebradeiras de coco em diversas comunidades de Bacabal, os atravessadores são figuras conhecidas. Além da compra da amêndoa por um preço irrisório, também impedem a utilização integral do coco que tem se configurado como um meio de subsistência para as quebradeiras e para suas famílias, muitas vezes sendo a única fonte de renda familiar (BARBOSA, 2013).



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



As quebradeiras de coco babaçu tem sido destaque em toda a história de conflitos por terra no Médio Mearim e em outras regiões do estado do Maranhão, demonstrando o protagonismo feminino não só na quebra, mas nas lutas por terras e direitos das comunidades tradicionais, se colocando inclusive na linha de frente da luta armada. Isso evidencia o papel feminino como primordial para traçar a história dos conflitos por terras no estado do Maranhão (BARBOSA, 2013).

É possível compreender que as práticas extrativistas das quebradeiras se configuraram como uma importante fonte econômica para a subsistência delas e de suas famílias e, conseqüentemente, para a comunidade. Há a importância feminina através de outras atividades no povoado Aldeia, mas, sobretudo, destaca-se a quebra de coco para o provimento do lar. Isso fica evidente na fala de Irlândia Maria, 38 anos, parda, ensino médio completo, nascida na comunidade. Ela destaca que, mesmo exercendo outras atividades, é do coco que consegue o sustento de sua família.

Tem vez no ano que quebro pra comerciante, tem tempo que as vizinha me dão coco pra quebrar, assim eu vou levando pra criar meus 4 filho só, tem o bolsa família que já é uma ajuda. E eu faço de tudo, se é pra ir na roça panhar feijão de meia eu vou, se é pra ir ficar 4 mês em Minas eu vou, mas é do coco que eu crio meus fie tudim (IRLÂNDIA MARIA. Entrevista oral realizada no dia 16 de maio de 2021).

Conforme dados da UBS do povoado, há aproximadamente 300 famílias residentes na Aldeia, das quais cerca de 450 mulheres são quebradeiras de coco. A faixa etária dessas mulheres está entre 15 e 70 anos, analfabetas e semianalfabetas, negras, a maioria mães solas, não sindicalizadas e não vinculadas a nenhuma associação.

De acordo com a representante do sindicato responsável pela emissão de notas do PGPM-bio, entre 2019 a 2021 houve um registro de 48 mulheres do povoado cadastradas, sendo que 45 conseguiram acessar o recurso disponibilizado por essa política.

Conforme a quebradeira de coco Nalva,

Acho injusto o preço que pagam pelo coco, mas não tem muito o que fazer, a gente tenta não ir quebrar pro comerciante pra ganhar 10 centavos a mais no quilo e também ter a casca pra gente fazer carvão pelo menos, e também comprar cacete na mão do menino que é mais barato ou ir fim de semana de grupo andar nos mato pra tirar cacete que é longe, tá difícil de achar pau pra cacete, tem a subvenção também que o sindicato ajeita pra nós acessar, aí já é uma renda, mas tem um bocado de muié aqui que não ganha da subvenção



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



porque tem que tá no sindicato (NALVA. Entrevista oral, realizada no dia 15 de maio de 2021).

Essas ações contribuem para o aumento de insegurança alimentar já que passam a quebrar coco para comerciantes e vendem somente a amêndoa a um preço mínimo, insuficiente para aquisição de alimentos suficientes para o sustento da família, visto que a maioria assume o cuidado dos filhos e filhas sozinha.

Assim, se nota que o conflito deixou marcas não só no corpo, mas também na vida dessas mulheres cerceadas por fazendeiros, impossibilitadas de acessarem as palmeiras devido derrubadas, queimadas e envenenamento. Para dona Maria Deuza, outra quebradeira de coco do povoado, as dificuldades e humilhações que passou e passa são marcas do conflito.

Foi a pior coisa que já vivi, sai correndo no mato, eu era novinha, mas mesmo assim atravessei o igarapé com um amigo nas costa era mais novo que eu, fiquei no mato perdida da mãe, chorando achano que ela tinha morrido, minhas costas tem até hoje marca de resto de bala que pegava na estaca e caia em mim. Passei por tudo isso aí. Não é qualquer coisa que me derriba, quebrei coco no mato demais pra sustentar 3 fia sozinha, depois fui quebrar nas casinha pros comerciantes. Mãe solteira, aguentei muita humilhação. Até hoje a gente ainda passa, mas eu quebro na minha casinha o coco que as vezes eu compro, as vezes o vizin divide comigo, tenho dedo alejado de corte no machado, coluna dói, mas eu não paro não, é desse coco que minha mãe me criou só, e eu criei minhas fia. (DONA MARIA DEUZA. Entrevista oral, realizada em 12 de maio de 2021).

Quando falam das quebras do coco antes do conflito e das fazendas atuais, as mulheres sempre relatam que era muito bom ir à “solta” (mata onde pegavam os cocos), que iam de “bando”, levavam comidas para dividirem e as palmeiras eram forradas (termo usado por elas para palmeiras com frutos em abundância). Atualmente não aguentam mais coletarem devido as distâncias dos babaçuais. Essa mudança e distanciamento resultam da ação dos fazendeiros na derrubada das palmeiras mais próximas das quebradeiras. Com isso, os comerciantes atravessadores passaram a pagar homens para coletarem o coco e pagar mulheres para quebrarem para eles, tendo elas direito somente na amêndoa.

Antigamente nós ia de muitas pro mato, quebrava coco e lá fazia nosso carvão, detardizinha a gente vinha com os coco pra vender e o saco de carvão na cabeça. Era bom demais, depois de um tempo nossas pernas não aguentava mais ficou dificultoso achar coco perto, aí os comerciantes passaram a pagar as cargas de coco pros home fie nosso, marido pra butar



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



coco pra eles, e nós ia quebrar lá vendia só tem direito ao caroço pra vender pra ele e comprar o que comer. A gente se arrebeta quebrando coco semana toda pra comprar mal o que comer, nós tudim tem problema na coluna (DONA MARIA DE FÁTIMA. Entrevista oral, realizada no dia 16 de maio de 2021).

Nesse cenário, faz-se necessário uma política de regularização fundiária que efetivamente assegure os direitos das quebradeiras, mantendo as palmeiras e as vegetações preservadas para manutenção da prática de produção dessas mulheres, já que uma das poucas alternativas que viabiliza esse trabalho é o acesso ao coco por meio de comerciantes que pagam carros para trazerem grandes cargas de lugares mais distantes.

Conforme Araújo,

Há cerca de 20 anos, as quebradeiras de coco babaçu discutem sobre instrumentos jurídicos que efetivamente impeçam a devastação dos babaçuais e de outros recursos vegetais estratégicos à reprodução das famílias que vivem do extrativismo. Sua principal reivindicação tem sido a aprovação de leis municipais chamadas “Leis Babaçu Livre”, que proíbem as derrubadas, queimadas, envenenamento das pindovas, o uso de agrotóxicos e torna livre o acesso aos babaçuais para uso em regime de economia familiar. Essas leis já foram aprovadas em 17 municípios dos estados do Maranhão, Pará e Tocantins [...] (ARAUJO, 2013, p. 143).

Contudo, Bacabal ainda não tem uma lei relacionada ao babaçu livre, dificultando ainda mais o modo de produção das quebradeiras, por não terem apoio jurídico por parte da prefeitura do município que garanta o livre acesso e a preservação dos babaçuais.

Com a dificuldade de acesso às palmeiras por conta da devastação, queimadas, derrubadas, envenenamento e, conseqüentemente, o oportunismo dos atravessadores, as quebradeiras tiveram que se reinventar e a coleta passou a ser tarefa dos homens. Nessa nova configuração, as mulheres não mais quebram o coco no mato, mas em casinhas no terreiro de casa.

De uns tempo pra cá quase nenhuma mulher vai quebrar coco no mato, tá dificultoso, aí as que tem fie e marido é bom que quebra em casa nas casinhas aí vende num preço melhor os caroço, fica com a casca pra vender ou fazer carvão, quem tem um dinheirinho pra pagar um dos menino pra botar também é bom. Agora as muié solteira que tem os fie pequeno ainda tem que quebrar pros comerciantes aí é pior, mas muitas se ajuda, dá o coco e a casinha pra quebrar junto, pelo menos assim os caroço delas é vendido mais caro tem, muié que divide até o carvão com as outra quando pode. Nós



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



faz de tudo pra não quebrar o coco do comércio, mas quando não tem jeito nós vamo, não vamo é morrer de fome. (DONA DEUZA. Entrevista oral, realizada em 12 de maio de 2021).

Realidade muito presente na Aldeia é a devastação excessiva das florestas de babaçu e, principalmente, dos recursos vegetais necessários para manter a quebra de coco, como, por exemplo, as árvores utilizadas para a fabricação de cacetes. Isso gera outra consequência: os comerciantes compram cacetes nas mãos de homens que conseguem ir mais longe e encontrar árvores para a sua confecção e vendem por um preço bem mais alto para as quebradeiras.

As quebradeiras compram os cacetes diretamente nas mãos de homens que vão em locais mais distantes onde podem encontrar árvores apropriadas para a confecção dos cacetes e vendem para elas por um preço bem mais em conta do que os comerciantes, embora nem sempre seja possível.

A dificuldade num é só os coco que tão longe e a gente tem que se virar pra quebrar ou nas casinhas das outa, ou pros comerciante, os cacetes também, eles queima os sabiá, corta os pau bom pra cacete e nós ou compra na mão do menino ou mais caro no comercio ou sai de bando final de semana nos mato pra ver se traz ao menos 3 cacete. É luta grande, mas nós num para não, vamo dano um jeito (ROSIMEIRE. Entrevista oral, realizada no dia 12 de maio de 2021).

Um dos jeitos encontrados é arrancar as estacas das cercas para produzir os cacetes, como afirma seu Joabe¹ em entrevista realizada em 2020: “*eles cortam os pau que nós faz cacete e nós corta as estaca deles pra fazer*”. Desse modo, fica a cargo das mulheres apenas o processo de extração das amêndoas.

Sobre a ligação entre a renda, subsistência e quebra de coco tem-se uma relação estreita entre o trabalho com a extração da amêndoa de coco babaçu e a composição da renda das mulheres participantes dessa pesquisa. O Quadro 1 mostra o perfil das quebradeiras entrevistadas.

¹ Nesse caso optamos por colocar um nome fictício, respeitando o princípio do anonimato do entrevistado.



Quadro 1: perfil das quebradeiras entrevistadas

NOME	IDADE	COR	ESCOLARIDADE	RENDA
Rosimeire	36 anos	Parda	Semianalfabeta	R\$ 200,00 Bolsa família/quebra de coco
Maria Dorinha	41 anos	Negra	Semianalfabeta	R\$ 280,00 Bolsa família/quebra de coco
Irlandia Maria	38 anos	Parda	Ensino Médio	R\$ 750,00 Bolsa família/quebra de coco/faxina em casas de família
Ângela	25 anos	Negra	Analfabeta	R\$ 150,00 Bolsa família/quebra de coco
Adriana	40 anos	Parda	Analfabeta	R\$ 250,00 Bolsa família/quebra de coco
Nalva	49 anos	Parda	Semianalfabeta	R\$ 300,00 Bolsa família/quebra de coco
Maria Deuza	48 anos	Negra	Analfabeta	R\$ 250,00 Bolsa família/quebra de coco
Dona Raimunda	68 anos	Parda	Semianalfabeta	R\$ 1.200,00 Quebra de coco e aposentadoria
Maria de Fátima	64 anos	Negra	Analfabeta	R\$ 1.200,00 Quebra de coco e aposentadoria
Maria Antônia	38 anos	Parda	Semianalfabeta	R\$ 350,00 Bolsa família/quebra de coco
Lourdes	52 anos	Parda	Analfabeta	R\$ 300,00 Bolsa família/quebra de coco
Rosa	58 anos	Parda	Semianalfabeta	1.250,00 Quebra de coco e aposentadoria

Fonte: Neco, 2021.

Todas as mulheres entrevistadas recebem bolsa-família ou aposentadoria. O primeiro atua como um complemento da renda familiar, pois apenas sete são cadastradas no PGPM-Bio² e recebem a subvenção, visto que uma das exigências do sindicato para fazer o cadastro é que elas sejam sindicalizadas e nem todas são. Quanto a necessidade da sindicalização das quebradeiras para o acesso a subvenção, se constitui uma exigência específica da Aldeia. A política de subvenção não prevê essa condição e as exigências para o acesso são de difícil compreensão para essas mulheres, e os sindicatos não facilitam, acarretando esse tipo de situação para aquelas que recorrem ao programa.

Percebe-se que as mulheres, em sua maioria, possuem baixo grau de escolaridade e as quebradeiras que possuem sua renda atrelada somente a quebra e bolsa família possuem renda de valor muito abaixo do salário-mínimo. Esse fato ocorre pelo baixo valor recebido por meio do programa de transferência de renda, como também dos valores baixos pagos pela venda do

² Os valores citados não incluem o valor recebido pela política de subvenção PGPM-bio.



coco no povoado. É interessante ressaltar que, mesmo as mulheres que recebem aposentadoria, também realizam a quebra do coco como complementação da renda.

Destaca-se, por fim, que essas mulheres buscam no ofício da quebra do coco a subsistência, num lugar onde a economia é baseada principalmente nesse trabalho. Elas enxergam no extrativismo do babaçu um meio de sustento do seu grupo familiar e promovem a perpetuação da prática, mesmo que inconscientemente e sem uma visão política sobre o que acarreta sua desvalorização.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conflito trouxe várias problemáticas para a vida das quebradeiras, mesmo os moradores tendo conquistado a terra. Apesar de não terem formalmente uma organização coletiva, não se pode falar que as quebradeiras da Aldeia não resistem, pois o fato de terem construído as casinhas de coco próprias com ajuda de filhos e/ou companheiros, ou mesmo comprado seu coco para não quebrar para os comerciantes durante boa parte do ano, caracteriza-se como uma forma de resistência. Emprestar cocos e, sobretudo, as casinhas para vizinhas no intuito de não as deixar se submeterem a quebra a comerciantes são importantes formas de resistir.

A maioria das pesquisadas são analfabetas ou semianalfabetas, mães solas ou com seus companheiros viajando de tempos em tempos. Elas são as principais responsáveis pelo sustento de suas famílias e, mesmo não estando organizadas coletivamente em associações e/ou cooperativas, conseguem meios – ainda que sutis – de resistir e manter sua prática de quebra de coco, passando para filhas e netas.

No entanto, a resistência não organizada torna a atividade extrativa muito exaustiva, não ocorrendo mudanças significativas nas suas vidas. Pois, muitas vezes não recebem o dinheiro da venda da amêndoa, somente descontando nas dívidas que vão se acumulando pela diferença entre o valor dessa e dos alimentos. Essa situação de exploração e exaustão está presente na fala de algumas quebradeiras, como a de Maria Irlandia, que mesmo reconhecendo que foi do coco que tirou e tira o sustento da família, também reconhece o quanto é exaustiva a vida de exploração a qual estão submetidas “eu quero que minha filha estude, arrume um emprego pra não ficar o resto da vida no coco. Castiga demais a gente isso aqui, mas é assim que tô criando ela e os irmãos dela”. Desse modo, nota-se na pesquisa que,



segundo as quebradeiras, o que castiga não é a vida de quebradeiras de coco em si, mas a exploração e humilhação causadas pelos fazendeiros e comerciantes-atravesadores.

Diante desses resultados, desse reconhecimento nos relatos das quebradeiras, fica a indagação: por que as mulheres da Aldeia não lutam para se organizarem a exemplo de outros povoados do Médio Mearim? As próprias quebradeiras respondem essa indagação. Elas falam que estão cansadas, esgotadas, traumatizadas pelo histórico dos conflitos que fizeram parte, pelas torturas e mortes que presenciaram e que seria algo cansativo confrontar fazendeiros e comerciantes, com possibilidade de um novo conflito, principalmente com os comerciantes, sendo perigoso, uma vez que alguns desses são representantes da associação da comunidade.

Além disso, os comerciantes são os maiores detentores de poder aquisitivo e muito respeitados na região. Assim, justamente por conhecerem o contexto no qual estão inseridas e as marcas do passado, as quebradeiras da Aldeia do Odino recorrem a outras formas de resistir sem entrarem em um conflito direto.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Tobias. A destruição de Aldeia: Conflito agrário e processo judicial. In: ANDRADE, Maristela de Paula (Org). **Chacinas e massacres no campo**. Mestrado em Políticas Públicas – UFMA. São Luís/MA, 1997.

ARAÚJO, Helciane F. A. **Estado/Movimentos Sociais no Campo**: a trama da construção conjunta de uma política pública no Maranhão. Manaus: UEA Edições, 2013.

ANDRADE, Maristela. **Mutirões, empates e greves**: divisão sexual do Trabalho guerreiro entre famílias de quebradeiras de coco babaçu, no Brasil. *Lusotopie* [Online], XII(1-2) | 2005, posto online no dia 30 março 2016, consultado o 20 abril 2019. URL: <http://journals.openedition.org/lusotopie/1234>.

ASSELIN, Vitor. **Grilagem**: Corrupção e violência em terras do Carajás. 1ª Edição. Petrópolis- RJ: Editora Vozes, 1982.

BARBOSA, Viviane. **Mulheres do Babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. Tese. Doutorado em História, Universidade Federal de Fluminense. Niterói, Rio de Janeiro, 2013.

FIGUEIREDO, Luciene. **Empates nos Babaçuais**: Do espaço doméstico ao espaço público – lutas de quebradeiras de coco Babaçu no maranhão. Dissertação. Mestrado em Agriculturas Familiares e desenvolvimento sustentável, Universidade Federal do Pará. Belém, 2005.

MONTENEGRO, M. K. S.; RODRIGUES, S. J. D. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e sua produção do território: campo-território**. Revista de Geografia Agrária, v. 15, n. 39, p. 145-161, dez., 2020. Disponível em:



II SIMPÓSIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UFMA - Bacabal, de 18 a 20 de outubro de 2023



<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/download/60277/31771/&ved=2ahUKewjq9pLoqJXzAhXVrpUCHePACBAQFnoECAQQAQ&usg=AOvVaw2hAeXjT5OmaS68S-5vS7Kc>.

MAY, P. H. **Palmeiras em chamas: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu**. Trad. Linda Maria de Pontes Gondim. São Luís, EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

NASCIMETO, Aline; PORRO, Roberto. Organização econômica e política no Médio Mearim: a experiência da COPPALJ. In: **Anais do XIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**: desenvolvimento, segurança alimentar e políticas públicas para o nordeste [recurso eletrônico] / Organizadores: Kesia Rodrigues Silva Vieira, M.Sc. Élidy Rayane de Rezende França, Sánara Adrielle França Melo... [et al.].— Bacabal, MA: EDUEMA, 2020.

PORRO, Roberto. **A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas. Belém, v. 14, n. 1, p. 169-188, jan. abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000100011>.

PORRO, Roberto; PORRO, Noemi. **Agência e contingência no acesso à terra e reprodução social camponesa no vale do rio Mearim, estado do Maranhão**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum. Belém, v. 15, n. 3, e20190144, 2020.

PORRO, Roberto; NASCIMENTO, Aline; GUSMÃO, Luiz; SOUSA, Ronaldo. **A produção artesanal de azeite de babaçu da família Santos: Serra Quebrada, Poção de Pedras, MA**. Brasília, DF: Embrapa, 2020.

SCHWARTZ, Rosana Maria. **Quebradeiras de coco de babaçu: cultura tradicional e a preservação do Meio Ambiente**. Emblemas, v. 14, n. 1, 53 - 72, 2017.

SHIRASHI NETO, Joaquim. **Crise nos padrões jurídicos tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva**. No XIV Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Anais, Fortaleza, 2005.